

ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE OS DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DO ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA ESCOLA PÚBLICA¹

Carla Alves Teixeira Dias²

RESUMO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular brasileiro ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à atuação dos acompanhantes especializados, profissionais essenciais para garantir uma inclusão efetiva. Este estudo tem como objetivo investigar, por meio de uma revisão de literatura, a rotina de trabalho e os principais desafios vivenciados por esses profissionais em escolas públicas brasileiras. A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em análises de artigos, dissertações e monografias publicadas entre 2018 e 2025, disponíveis em bases de dados acadêmicas e repositórios universitários. Os resultados evidenciam que, apesar de a legislação como a Lei nº 12.764/2012 e o Decreto nº 8.368/2014, assegurar o direito ao acompanhante especializado, há lacunas quanto à formação exigida, às atribuições e à valorização desses profissionais. As principais dificuldades relatadas envolvem vínculos empregatícios precários, ausência de formação continuada, falta de clareza nas funções, acúmulo de tarefas e escasso reconhecimento institucional. Ainda assim, observa-se que a presença desses profissionais contribui para o desenvolvimento pedagógico e social dos alunos com TEA, mesmo diante da falta de suporte técnico e pedagógico. Conclui-se que é urgente a formulação de políticas públicas que regulamentem a profissão, assegure condições de trabalho dignas, promovam formação especializada e valorizem a função dos acompanhantes como agentes fundamentais na efetivação da educação inclusiva no Brasil.

Palavras-chave: educação inclusiva; crianças com Transtorno do Espectro Autista - educação; políticas públicas.

ABSTRACT

The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian mainstream education still faces significant challenges, particularly regarding the role of specialized aides—professionals essential for ensuring effective inclusion. This study aims to investigate, through a literature review, the work routines and main challenges experienced by these professionals in Brazilian public schools. The research is qualitative and exploratory in nature, based on analyses of articles, dissertations, and theses published between 2018 and 2025, available in academic databases and university repositories. The findings highlight that, although legislation such as Law No. 12.764/2012 and Decree No. 8.368/2014 guarantees the right to a specialized aide, there are gaps concerning required training, job responsibilities, and professional recognition. The main difficulties reported include precarious employment conditions, lack of ongoing training, unclear role definitions, task overload, and limited institutional recognition. Nevertheless, the presence of these professionals contributes to the pedagogical and social development of students with ASD, even in the absence of adequate technical and educational support. The study concludes that there is an urgent need for public policies that regulate the profession, ensure decent working conditions, promote specialized training, and recognize the role of aides as fundamental agents in the implementation of inclusive education in Brazil.

Keywords: inclusive education; children with Autism Spectrum Disorder - education; public policies.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cássia Santos Barbosa.

² Bacharela em Humanidades e Licencianda em Pedagogia pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular brasileiro ainda representa um grande desafio. Apesar da existência de legislação específica que assegura os direitos dessa população, como a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), persistem lacunas significativas entre o que está previsto legalmente e o que é efetivamente praticado nas escolas públicas. O ambiente escolar precisa estar preparado para atender às demandas específicas desses estudantes, especialmente por meio da atuação de acompanhantes especializados, profissionais responsáveis por mediar atividades pedagógicas, sociais, cuidados pessoais e locomoção, contribuindo para uma inclusão mais efetiva.

Além disso, o número de diagnósticos de TEA tem crescido anualmente. Segundo a ONU News (2017), estima-se que uma em cada 160 crianças no mundo esteja dentro do espectro. No Brasil, esse aumento tem refletido diretamente na demanda por matrículas em classes regulares. De acordo com dados do Censo Escolar de 2024, divulgado pelo INEP (2025), houve um crescimento de 44,4% nas matrículas de estudantes com TEA na rede pública, evidenciando a urgência na contratação de profissionais qualificados para atender às necessidades desse público.

Diante da relevância desse profissional, este artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Como tem sido a rotina de trabalho e os desafios vivenciados pelos acompanhantes especializados, ou seja, profissionais que atuam como agentes de inclusão de estudantes com TEA em escolas da rede pública brasileira? Para isso o objetivo geral é investigar, a partir de uma revisão de literatura sobre o tema, como tem sido a rotina de trabalho e os principais desafios enfrentados por profissionais que atuam como agentes de inclusão de estudantes com TEA em escolas da rede pública brasileira.

Os objetivos específicos são: (1) identificar as funções atribuídas aos acompanhantes nos estudos analisados; (2) conhecer sua formação profissional e acadêmica; (3) levantar e caracterizar suas práticas pedagógicas; e (4) identificar as dificuldades enfrentadas no trabalho com crianças com TEA.

A justificativa para esta pesquisa está na necessidade de compreender e valorizar o papel dos acompanhantes especializados, fundamentais para o desenvolvimento pleno dos estudantes com TEA no contexto escolar. Esses profissionais atuam como mediadores entre o aluno, o professor regente, os colegas e demais membros da comunidade escolar, promovendo uma inclusão equitativa e significativa.

O interesse por este tema surgiu a partir de uma vivência pessoal: sou mãe de um menino de 12 anos com diagnóstico de TEA, matriculado na rede regular de ensino. A presença de um acompanhante especializado em sua sala de aula tem sido determinante para seus avanços pedagógicos e sociais. Por isso, é de grande relevância que se realizem pesquisas sobre esse profissional que atua como coadjuvante no processo de inclusão escolar, buscando compreender seus desafios e propor melhorias tanto para os educandos com autismo quanto para os próprios acompanhantes. A ausência desses profissionais pode acarretar prejuízos significativos, inclusive emocionais, ao estudante que não se sente devidamente incluído no ambiente escolar.

Buscando atender aos objetivos propostos, o presente artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na seção que segue a introdução, apresenta-se o TEA, a legislação sobre o direito à educação inclusiva e ao acompanhante especializado. Na seção seguinte é detalhada a metodologia utilizada, seguida pela apresentação dos resultados e discussões. Por fim, são expostas as considerações finais.

2 COMPREENDENDO O TEA E O DIREITO AO ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um transtorno do neurodesenvolvimento, que se caracteriza por déficits persistentes na comunicação e na interação social em múltiplos contextos, incluindo reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos (American Psychiatric Association, 2014, p. 50).

Segundo o Ministério da Saúde (2015), “a etiologia do transtorno permanece desconhecida, mas evidências científicas apontam que não há uma causa única, mas sim a interação de fatores genéticos e ambientais”. O termo “Espectro” é utilizado devido aos níveis variados de comprometimento, que podem incluir comorbidades que vão desde outros transtornos associados como o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), a deficiência intelectual e outras condições de saúde, como epilepsia e síndromes. Os níveis de suporte variam do nível 1 ao 3, sendo que no nível 1 estão os autistas que precisam de pouco apoio, no nível 2 aqueles que necessitam de apoio moderado. E no nível 3 os que requerem apoio substancial (Saúde, 2015).

Para a inserção de pessoas com TEA no contexto escolar, é necessária a presença de um acompanhante especializado, garantido pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei 12.764/12. Esta lei estabelece que, em casos de comprovada necessidade, a pessoa com TEA incluída nas classes comuns de ensino regular terá direito a um acompanhante especializado (Brasil, 2012). A lei não define a formação específica desse profissional, apenas estabelece que seja especializado. O Decreto 8.368/14 complementa que, se comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino deve disponibilizar um acompanhante especializado (Brasil, 2014).

O profissional acompanhante colabora nos diversos aspectos do cotidiano dos estudantes com TEA nos ambientes escolares, como atividades de vida diária e acadêmica, habilidades motoras, sociais e recreação, atuando como cuidador ou mediador, dependendo da necessidade e nível de suporte da criança / aluno. É fundamental que este profissional possua práticas específicas adquiridas através de cursos de formação continuada, para contribuir com o desenvolvimento dos estudantes, pois sem a mediação adequada, esses alunos podem ser prejudicados no processo de inclusão e aprendizagem.

A presença do acompanhante especializado é crucial para a permanência dos alunos com TEA na escola, pois muitas vezes, sem esse profissional os alunos acabam não frequentando as aulas devido à necessidade de suporte individual, desencorajando as famílias a manterem seus filhos na escola. Isso pode ocasionar prejuízos a longo prazo ao desenvolvimento acadêmico e refletir em todas as esferas da vida do aluno com TEA.

A Declaração de Salamanca (1994) impulsionou o Brasil a se comprometer com a educação de pessoas com necessidades educativas especiais, sendo considerada o pontapé inicial para a construção da educação inclusiva no país.

Entre as recomendações da Declaração de Salamanca (1994), aos países signatários está que:

Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. (UNESCO, 1994)

A partir da Lei Berenice Piana, 12.764/12, o TEA passou a ser considerado uma deficiência, e um dos direitos assegurados às pessoas com autismo na rede de ensino regular, é

o Acompanhante especializado, profissional que auxilia na inserção do educando com TEA nas atividades pedagógicas, nas interações sociais e quando necessário em atividades de vida diária. A presença do acompanhante é de grande importância pois facilita a qualidade e a permanência desses educandos na escola, pois sem esse profissional na maioria dos casos o aluno não é de fato incluído, haja vista a necessidade de mediação para se manterem nesses espaços.

Embora a legislação não especifique a formação necessária para atuar como acompanhante escolar, menciona que o profissional deve ser especializado. Devido à complexidade do TEA, é essencial que esses profissionais possuam uma formação que os capacite a intervir em questões comportamentais e cognitivas, contribuindo para a independência dos alunos. Portanto, é fundamental termos profissionais qualificados atuando nos espaços escolares, visando o pleno desenvolvimento e a inclusão dos educandos com TEA. No entanto, sabemos que a legislação deixou uma lacuna ao não especificar qual seria a formação ideal para esses profissionais exercerem a função.

O Acompanhante especializado tem a função de mediar a inclusão no ambiente escolar, lembrando que todos os profissionais da escola devem contribuir com esse processo. A presença do Profissional de apoio não reduz a atuação e a responsabilidade do professor regente, cabendo a ele e ao Professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado) as adaptações curriculares necessárias. Segundo as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial em seu Art. 13, são atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: “VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares”. (Brasil, 2009, p. 3)

O professor regente deve adequar a aula de forma a contemplar todos os educandos, buscando estabelecer vínculos com o aluno com TEA, para que este se sinta parte do ambiente escolar, fortalecendo o seu processo de aprendizagem.

Sob a perspectiva legal, o TEA é considerado uma deficiência, sendo amparado por outras leis como a Lei Brasileira de Inclusão, 13.146/ 15 que em seu artigo 3º, descreve as atribuições do Profissional de apoio:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015).

Sabemos que sem a presença dos Acompanhantes especializados não há uma efetiva inclusão, portanto é necessário que os gestores contratem profissionais qualificados para atender esse público-alvo da educação inclusiva, e que esses profissionais não sejam sobrecarregados com demandas para além das especificadas nas leis vigentes e que sejam tratados com respeito tamanha a importância da função que ocupam.

É urgente oferecer formação continuada aos profissionais da educação sobre educação inclusiva, pois muitas vezes ocorrem situações de segregação ou integração³ que não correspondem à inclusão recomendada nos documentos oficiais. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (1996) em seu Artigo 59, inciso I nos diz que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Portanto, devemos estar atentos se de fato esses direitos estão sendo cumpridos, a fim de que os estudantes com TEA, estejam sendo plenamente incluídos nas classes regulares, tendo acesso a todo suporte necessário.

Atualmente, o MEC (Ministério da Educação) discute a construção de diretrizes nacionais para o profissional de apoio escolar, visando garantir o direito estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão. Segundo Zara Figueiredo, Secretária de alfabetização e inclusão do MEC durante o Painel de especialistas promovido pelo MEC, este assunto é importante principalmente neste momento, em que as pessoas com TEA estão sendo finalmente incluídas na sociedade e nas escolas em salas comuns. “Precisamos produzir um documento sólido que represente os anseios da sociedade, mas também das redes de ensino” (Brasil, 2024). E ressaltou a importância da definição sobre quais são as atribuições do profissional de apoio nas salas de aula, além de quais são as formações que ele precisa ter para exercer essa função.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, conforme destaca Minayo (2013), que ressalta o potencial desse método para investigar o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos envolvidos.

³ Integração: Processo de inserir estudantes com necessidades especiais em escolas regulares, sem realizar modificações significativas no ambiente escolar e nas práticas pedagógicas.

Segregação: Mesmo estando na mesma escola, os alunos com necessidades especiais podem ser excluídos de atividades que promovam seu desenvolvimento social e acadêmico.

Para a revisão de literatura, foram definidos os seguintes critérios de busca: textos publicados em língua portuguesa nos últimos cinco anos, utilizando as palavras-chave: TEA ou Autismo; acompanhante ou Agente de inclusão, Profissional de Apoio e Mediação escolar.

As buscas foram realizadas entre agosto e outubro de 2025, abrangendo o Portal de periódicos da CAPES e Repositórios de Universidades como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Universidade de Uberaba (UNIUBE). O objetivo foi reunir informações sobre a atuação desses profissionais no contexto escolar. Foram selecionados artigos científicos, monografias, dissertações e teses que apresentassem pesquisas de campo realizadas em escolas públicas no contexto brasileiro. A seleção dos trabalhos foi realizada através da leitura dos títulos e resumos, seguida da análise integral dos textos, resultando na identificação de sete estudos que se encaixam aos objetivos desta pesquisa. Os estudos escolhidos destacam a rotina de trabalho, os desafios enfrentados e a formação profissional desses agentes. A análise buscou evidenciar tendências, repetições e ausências nas práticas descritas pelos estudos selecionados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos quadros 1 e 2 abaixo, são apresentados os principais resultados obtidos nos materiais estudados. Embora haja poucos estudos relacionados a este tema, os que foram encontrados fornecem informações bastante relevantes.

Quadro 1 - Caracterização dos trabalhos

Nº	Autor/Ano	Categoria	Título	Método
1	Thamyres Bandoli Tavares Vargas e Maria Goretti Andrade Rodrigues 2018	Artigo	Mediação escolar: sobre habitar o entre.	Qualitativo /cartografia
2	Michele Oliveira da Costa Silva 2023	Dissertação	O profissional de apoio escolar de estudantes com deficiência em escolas públicas.	Qualitativo / Estudo de caso exploratório
3	Gabriela Souza de Matos e Michelly Walla da Silva Araújo 2025	Monografia	O Papel dos Profissionais de Apoio na Inclusão Escolar de Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Atuação, contribuições e Desafios	Qualitativo/ Exploratório descritivo
4	Tailana Nogueira Pereira	Monografia	Alfabetização e Letramento de Crianças com TEA: Desafios e perspectiva da	Qualitativo

	2023		Educação Inclusiva no Município de Candeias durante a pandemia	
5	Gisele Romblsperger Marinho Ramos 2023	Dissertação	Crianças com Transtorno do Espectro Autista: o olhar de Docentes, Agentes de Desenvolvimento da Educação básica e Agentes de Apoio à inclusão sobre práticas pedagógicas	Qualitativo
6	Juliana Aurora Nogueira 2024	Dissertação	O Profissional de Apoio Escolar e o Estudante com Transtorno do Espectro Autista: Um estudo de caso em Uberlândia (MG)	Qualitativo
7	Marcos Francisco da Silva Lima 2025	Monografia	Formação e atuação do Acompanhante Pedagógico em Escolas públicas de Parnaíba- PI	Qualitativo

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 2 - Principais resultados

Nº	Características do estudo	Práticas / Desafios
1	Cerca de 20 mediadores escolares graduandos em Pedagogia bolsistas do PIBID atuando em escola pública como mediadores de estudantes TEA	Práticas educativas inclusivas. Contribuiu para a compreensão das práticas e desafios reais enfrentados por agentes de inclusão.
2	8 Profissionais de apoio escolar no contexto da educação inclusiva no município de Camaçari/Ba (Sede)	Reconhecimento dos PAE como suporte essencial. Exposição da precarização da função Denúncia da falta de regulamentação clara sobre contratação, formação e atribuições do PAE.
3	17 Profissionais de Apoio que atuam em Escola pública no Município de Barreiras/Ba	Mapeamento do perfil dos profissionais de apoio. Análise da atuação prática. Evidencia que uma formação especializada influencia diretamente na eficácia da inclusão. Aponta a necessidade de políticas públicas relacionadas às demandas desses profissionais como regulamentações trabalhistas entre outras.
4	O estudo foi conduzido com profissionais da educação em duas escolas municipais durante a pandemia e no período pós pandemia, no município de Candeias/Ba. Destaca-se a atuação de duas Auxiliares de Classe que, em uma das escolas, assumiram funções normalmente atribuídas aos Professores.	Execução de funções não correspondentes ao cargo, carência de formação específica para trabalhar com alunos com TEA, falta de planejamento pedagógico direcionado e desvalorização profissional.
5	Investigação sobre o olhar e práticas pedagógicas de três grupos profissionais: docentes, ADEBs (Agentes de Desenvolvimento da Educação Básica) e AAI's (Agentes de Apoio à Inclusão). Foco na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica.	Sentimento de insegurança por parte dos profissionais Carência de formação específica Criação do produto "Trilha de aprendizagem sobre o TEA"
6	Estudo de caso, com foco na atuação de profissionais de apoio escolar junto a estudantes com TEA.	Criação de um livreto como produto educacional intitulado Manual prático de sobrevivência de um Autista na escola, com dicas práticas para familiares e profissionais da educação.
7	Estudo realizado com 11 acompanhantes pedagógicos (APs) com objetivo de investigar o processo de formação e atuação desses profissionais	A pesquisa destaca a importância do Acompanhante Pedagógico (AP) como um elo fundamental entre o aluno com TEA e o professor e revela as lacunas na formação e no suporte institucional.

Fonte: elaborado pela autora.

O artigo de Thamyres Bandoli Tavares Vargas e Maria Goretti Andrade Rodrigues (2018) descreve uma pesquisa de campo realizada em uma escola no interior do Estado do Rio de Janeiro, na qual observou-se que os mediadores escolares, outra terminologia utilizada como sinônimo de profissional de apoio, eram bolsistas do programa PIBID. A escola atendia 24 alunos com TEA, que, diariamente, eram acompanhados por diferentes profissionais, uma vez que cada bolsista cumpria uma carga horária de 4 horas semanais na instituição. A pesquisadora identificou a presença de práticas inclusivas por parte destes mediadores, as quais contribuem para a valorização da singularidade de cada aluno. No entanto, é importante ressaltar que essa não é a forma ideal de atendimento, uma vez que os bolsistas não possuíam formação específica e nem deveriam ser designados para essa função. A autora do estudo destacou que o município não disponibilizava profissionais especializados, delegando essa função aos bolsistas, o que não está em conformidade com o previsto na legislação, que prevê acompanhante especializado. As dificuldades encontradas incluem a falta de preparo técnico, ausência de apoio institucional especializado, resistência de alguns profissionais da escola e a tensão entre o instituído e o que pode ser inventado. Ademais, o artigo não menciona se havia adaptações curriculares ou uso de recursos específicos.

A pesquisadora Michele Oliveira da Costa Silva, em sua dissertação de Mestrado (2023), revela a situação dos Profissionais de Apoio Escolar (PAE), denominação utilizada no município de Camaçari/Ba. Foram entrevistados 10 profissionais, dos quais 8 atuavam com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), esses profissionais, apesar da exigência de ensino médio completo, possuíam formação superior completa ou incompleta em áreas diversas como Direito, Pedagogia e Psicologia. A rotina de trabalho dos PAE incluía apoio às atividades de vida diária, como alimentação, higiene e locomoção, além de acompanhamento em sala de aula e em outros ambientes escolares. Eles também mediavam comportamentos e estimulavam a autonomia dos alunos. Em alguns casos, assumiam funções pedagógicas, mesmo sem formação específica, devido à falta de outros profissionais na escola.

Os desafios enfrentados pelos PAE incluíam a falta de clareza nas suas atribuições, gerando confusão entre o papel do PAE e o do professor, o que resultava em sobrecarga e desvio de função. A precarização do trabalho era evidente, com contratos temporários (REDA), baixa remuneração e ausência de plano de carreira. Além disso, a falta de formação continuada era um problema, apesar de alguns profissionais terem realizado cursos por conta própria. Houve uma formação continuada oferecida pelo município, mas considerada insuficiente para lidar com o contexto complexo. Os profissionais também enfrentavam isolamento no ambiente

escolar, pouco reconhecimento por parte da equipe escolar e falta de articulação com professores e gestores. A inclusão escolar dos alunos com TEA dependia quase exclusivamente do PAE, sem suporte de outros serviços especializados.

A monografia de Gabriela Souza de Matos e Michelly Walla da Silva Araújo (2025) descreve uma pesquisa de campo realizada no município de Barreiras/BA, que contou com a participação de 17 Profissionais de Apoio. A maioria desses profissionais possui nível médio de escolaridade e, em suas rotinas de trabalho, realizam acompanhamento direto dos alunos com TEA em sala de aula e nos momentos de socialização, como o intervalo. Eles oferecem apoio na execução de atividades pedagógicas e comportamentais, adaptam estratégias conforme as necessidades individuais dos alunos e colaboram com os professores, embora muitas vezes sem uma integração formal ao planejamento pedagógico.

Entre os desafios vivenciados, destacam-se a falta de formação especializada para lidar com o TEA, a ausência de regulamentação clara da função de profissional de apoio, a baixa valorização profissional, a insegurança trabalhista e a infraestrutura escolar inadequada.

A monografia de Tailana Nogueira Pereira, realizada no município de Candeias/Ba (2023), aborda a atuação de quatro profissionais da educação com o público da educação infantil e ensino fundamental (anos iniciais), durante e após a pandemia, com foco na alfabetização e letramento do público com TEA, de forma inclusiva.

A pesquisa aconteceu em duas escolas. Na Escola 02, duas Auxiliares de Classe assumiram funções atribuídas aos Professores regentes, como adaptação de materiais lúdicos, escolha de atividades e construção de alternativas para os contextos remoto e presencial, incluindo a readaptação dos alunos ao ambiente escolar pós pandemia.

Embora ambas as Auxiliares tivessem formação em Pedagogia, e pós-graduação em alfabetização e letramento, e uma delas estivesse cursando pós-graduação em psicopedagogia, faltava-lhes formação específica para lidar com alunos com TEA. No entanto, não era responsabilidade exclusiva delas garantir o ensino e aprendizagem desses alunos.

A ausência de um planejamento pedagógico voltado para os alunos com TEA comprometia o aprendizado, dificultando o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita e a inclusão efetiva na classe regular de ensino. As profissionais utilizam recursos lúdicos e concretos, construídos por elas mesmas com materiais recicláveis e impressos. Além disso se sentiam desvalorizadas e destacaram a importância do apoio familiar e do acompanhamento das crianças com TEA por uma equipe multidisciplinar, composta por Psicólogos, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais e Psicopedagogos, como fundamental para a

adaptação ao ambiente escolar e para enfrentar as dificuldades. Entre os desafios encontrados estavam a falta de materiais e de apoio dos familiares, além do acúmulo e desvio de funções.

A dissertação de Giselle Romblsperger Marinho Ramos (2023), foi um estudo realizado no município de Duque de Caxias/RJ, em uma Creche e Pré-escola, com crianças de 1 a 5 anos de idade. Os sujeitos da pesquisa foram: Professoras, Agentes de desenvolvimento da educação Básica (ADEBS) e Agentes de Apoio a Inclusão (AAI). Os cinco ADEBS e um AAI participantes da pesquisa possuíam nível médio e superior na área da educação sendo que uma participante possuía formação em Assistência Social.

As dificuldades relatadas pelos profissionais incluíam falta de formação específica para trabalhar com crianças com TEA, que apresentam diversas demandas nas áreas de comunicação e comportamento, como crises. Além disso, mencionaram a falta de recursos materiais e dificuldades para realizar a inclusão de forma efetiva. Entre as práticas pedagógicas estavam mudanças de materiais, abordagem de temas de interesse da criança, músicas, brincadeiras, rotina visual, contação de histórias e brinquedos.

Os ADEBS possuíam contrato de trabalho terceirizado, sendo uma de suas atribuições estimular as crianças, enquanto os AII apoiavam nas atividades, contribuindo para um espaço de convivência e para o desenvolvimento e segurança das crianças

Segundo a pesquisadora, os profissionais agiam de forma automática e intuitiva, utilizando palavras como amor e empatia sem uma fundamentação teórica. Como sugestão para melhorar o atendimento, os profissionais indicaram a necessidade de formação profissional, material didático e maior participação da família.

O objetivo da pesquisa, após a coleta de dados, foi a criação de um produto no formato de Trilha de aprendizagem que contribuísse para a formação continuada dos profissionais que atuam com crianças com TEA. Os dados coletados referiam-se ao conhecimento que os profissionais tinham sobre o TEA, incluindo definição, significados do CID e DSM, e características observadas nas crianças.

Diante dos achados, a pesquisadora elaborou um produto “Trilha de aprendizagem sobre o TEA” abordando conteúdos sobre legislação, Plano de Ensino Individualizado (PEI), métodos pedagógicos, estimulação precoce, sugestão de atividades, informações sobre o TEA e funções executivas. Esses temas foram identificados como áreas de dificuldade pelos participantes da pesquisa. A trilha de aprendizagem pode ser acessada por meio de um portal online na plataforma Genially⁴.

⁴ [ENG Growth Mindset | Genially](#)

A dissertação de Juliana Nogueira, (2024), explora a realidade dos profissionais de apoio da educação especial no município de Uberlândia- MG. A pesquisadora, que é mãe de uma criança com TEA, já atuou como professora e atualmente é analista pedagógica no município. O estudo tem como objetivo identificar e analisar barreiras, além de propor estratégias para superá-las, visando garantir o pleno acesso dos estudantes com TEA ao sistema educacional. Para compreender melhor o atendimento educacional aos estudantes com TEA, a pesquisadora coletou dados sobre os profissionais de apoio.

Em Uberlândia- MG, conforme a lei municipal complementar nº 661/19, é necessário possuir curso técnico de nível médio normal ou magistério, licenciatura em pedagogia e curso de cuidador com carga horária mínima de 80h, para exercer essa função. No entanto, há situações em que estagiários ocupam o cargo. A contratação é feita por meio de empresas terceirizadas, não havendo concurso para esses trabalhadores.

As atribuições dos profissionais de apoio incluem a promoção da inclusão, auxílio no desenvolvimento social dos alunos com TEA, apoio emocional, manejo comportamental, trabalho com equipe multidisciplinar, manutenção de registros detalhados do progresso dos alunos e garantia da acessibilidade. O estudo relata que esses profissionais enfrentam diversos desafios, como falta de apoio técnico, formação continuada, materiais didáticos adaptados, classes superlotadas, acúmulo de funções e responsabilidades, além de desgaste emocional por não se sentirem preparados para trabalhar com alunos com TEA.

Diante dessa realidade, a pesquisadora desenvolveu o Manual prático de sobrevivência para autistas na escola⁵, com dicas práticas para familiares e profissionais da educação. O objetivo do manual é promover o acesso a informações sobre o TEA, oferecendo dicas e abordando possibilidades para atender as necessidades específicas desses alunos, com respaldo jurídico e pedagógico.

A monografia de Marcos Francisco da Silva Lima (2025) foi um estudo realizado no município de Parnaíba, PI, com a participação de 11 acompanhantes pedagógicos (APs) de alunos do ensino fundamental com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa foi conduzida em oito escolas da rede municipal.

Os profissionais relataram que foram inseridos no ambiente escolar para trabalhar com alunos com TEA, apesar de sua formação profissional ser de nível superior incompleto na área de pedagogia.

⁵ <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/2990>

Eles atuavam por meio de bolsas remuneradas, indicando que eram estagiários ou profissionais com contratos temporários. Segundo o autor e os relatos dos APs, a formação fornecida pela Secretaria de Educação (SEDUC) era descontextualizada e insuficiente para o trabalho com educandos com TEA.

Entre os desafios enfrentados, destacou-se a quebra de expectativa em relação ao trabalho que lhes seria destinado. Os APs acreditavam que atuariam apenas na realização de atividades pedagógicas, mas a realidade trouxe medo e angústias por não estarem preparados para oferecer o suporte necessário aos alunos. Além disso, houve falta de suporte do Professor regente e dos demais profissionais da gestão, bem como uma quantidade insuficiente de APs para acompanhar os alunos. O trabalho de oito desses profissionais consistia na escrita de relatórios, dois adaptavam atividades de forma individual e um contava com a ajuda da Professora da turma.

O acúmulo de funções era comum, com os profissionais tendo que auxiliar também as demais crianças da sala, que não estavam na condição de TEA ou outras deficiências. O estudo relata que a presença desses profissionais contribuiu para o desenvolvimento dos alunos e facilitou a dinâmica da sala de aula, oferecendo suporte ao Professor da turma.

Entre as dificuldades relatadas estavam a falta de preparo profissional para lidar com os alunos, o que acarretava desmotivação, comportamentos inapropriados com episódios de agressividade, necessidade de adaptar atividades, assumir regência, atraso no pagamento das bolsas, falta de recursos e apoio escolar. Para resolver essas dificuldades, os APs recorriam a pesquisas na internet, ajuda de professores da escola e da universidade, direção, família, ou ao Plano de ensino individualizado (PEI). Os recursos eram escassos e, em alguns casos, não havia planejamento.

Os profissionais relataram que, em suas práticas buscavam ir além do proposto pelas escolas, procurando formas de adequar suas práticas pedagógicas para conquistar o interesse dos alunos. No entanto, enfrentavam dificuldades com alguns gestores e famílias. Apesar disso notaram evolução dos alunos com a presença deles.

O vínculo empregatício era precário, além de não oferecer uma formação sólida para os profissionais atuarem com alunos com TEA. Havia atraso no pagamento das bolsas, o que gerava insatisfação, bem como o acúmulo de funções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos estudos encontrados referentes aos desafios vivenciados por profissionais que atuam como agente de inclusão de estudantes com TEA em escolas da rede pública brasileira, diversos obstáculos foram identificados. Esses profissionais lidam com contratos de trabalho de natureza instável, baixa remuneração, atrasos nos pagamentos, e atribuições além das designadas, muitas vezes sem preparo acadêmico e profissional adequado. Suas práticas pedagógicas, na maioria dos estudos, não promoviam a aprendizagem dos alunos, pois não possuíam capacitação e apoio necessários para criar um ambiente estimulante e inclusivo. Além disso, a ausência de formação continuada impedia que desenvolvessem estratégias para lidar com um transtorno tão complexo, gerando sentimentos de angústia, insegurança e impotência.

Alguns estudos também apontaram desafios como falta de apoio da equipe pedagógica, a ausência de integração formal desses profissionais nos planejamentos pedagógicos, e a falta de apoio das famílias, o que limita sua atuação. Contudo, ficou evidente que a presença desses profissionais contribui para a promoção de um ambiente mais inclusivo, pois, mesmo diante da falta de capacitação, buscavam alternativas para realizar seu trabalho. Diante desses achados, é urgente uma mobilização da sociedade para mudar a legislação que assegura o “Acompanhante especializado”, (Lei Berenice Piana, 12.764/12), especificando a formação profissional necessária e regulamentando a profissão para garantir os direitos trabalhistas desses profissionais. É necessário um trabalho de conscientização para que todos os membros do espaço escolar contribuam com o processo de inclusão desses alunos. A relevância desta revisão consiste em contribuir para a educação inclusiva, apontando as discrepâncias entre o que é necessário para o Acompanhante especializado exercer a sua função e o que realmente se encontra nos espaços escolares.

Esses resultados evidenciam a urgência de políticas públicas que ofereçam formação continuada, valorização profissional e suporte técnico a esses profissionais, que desempenham papel fundamental na efetivação da educação inclusiva.

Os dados revelam uma realidade de fragilidade na formação e no vínculo profissional, impactando diretamente na qualidade do atendimento aos estudantes com TEA. Muitos profissionais pensam que estão ali apenas para ajudar os alunos dentro da sala com as atividades, mas há uma necessidade de suporte em todos os ambientes da escola, promovendo interações e autonomia do educando.

Ressalta-se a importância da formação, valorização e estrutura adequada para que esses profissionais possam exercer seu papel com eficácia. Este trabalho também propõe caminhos para políticas públicas mais inclusivas. O estudo mostra que a formação especializada é um fator decisivo para a eficácia da inclusão, apontando que profissionais com formação adequada conseguem promover ambientes mais acolhedores, adaptativos e colaborativos. No entanto, também revela lacunas na formação e no suporte institucional, abrindo caminhos para investigações mais aprofundadas que estimulem a construção de políticas públicas mais eficazes para garantir o direito à educação de todos os alunos e a melhoria das condições de trabalho desses profissionais, estabelecendo normas claras de atuação.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5** [Recurso eletrônico]. (5ª ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artemed, 2014.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais 2.** ed. Brasília, DF: Corde, 1997. Disponível em: Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994 - UNESCO Digital Library. Acesso em: 20 de nov. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/9975/1/RESOLU%c3%87%c3%83O%20N%c2%ba%204%2c%20DE%202%20DE%20OUTUBRO%20DE%202009.pdf>. Acesso em: 14 de out. de 2024.

BRASIL. **Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;** e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC debate diretrizes nacionais para o profissional de apoio escolar. 2024.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/mec-debate-diretrizes-nacionais-para-o-profissional-de-apoio-escolar>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Definição - Transtorno do Espectro Autista (TEA) na criança. Portal Linhas de cuidado.** Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Decreto 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Disponível em:

[/www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/decreto/d8368.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/decreto/d8368.htm). Acesso em: 14 de ago. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora). 33ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIMA, Marcos Francisco da Silva. **Formação e atuação do Acompanhante Pedagógico em Escolas públicas de Parnaíba- PI.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual do Piauí. Parnaíba, 2025 Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/2237>. Acesso em: 20 out. 2025.

MATOS, Gabriela Souza de; ARAÚJO, Michelly Walla da Silva. **O Papel dos Profissionais de Apoio na Inclusão Escolar de Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA):** Atuação, contribuições e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia. Barreiras, 2025. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/9342>. Acesso em: 05 set. 2025.

NOGUEIRA, Juliana Aurora. **O Profissional de Apoio Escolar e o Estudante com Transtorno do Espectro Autista:** Um estudo de caso em Uberlândia (MG). Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em educação: Formação Docente para a Educação Básica) - Universidade de Uberaba. Uberaba, 2024. Disponível em: <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/2907>. Acesso em: 10 out. 2025.

PEREIRA, Tailana Nogueira. **Alfabetização e Letramento de Crianças com TEA:** Desafios e perspectiva da Educação Inclusiva no Município de Candeias durante a pandemia. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3563>. Acesso em: 02 set. 2025.

RAMOS, Gisele Romblsperger Marinho. **Crianças com Transtorno do Espectro Autista: o olhar de Docentes, Agentes de Desenvolvimento da Educação básica e Agentes de Apoio à inclusão sobre práticas pedagógicas.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências na Educação Básica / Linha de pesquisa: Relações sociais e cidadania) Universidade do Grande Rio. Duque de Caxias, 2023. Disponível em: 5. DISSERTAÇÃO GISELLE ROMBLSPERGER- FINAL.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

SILVA, Michele Oliveira da Costa. **O profissional de apoio escolar para estudantes com deficiência em escolas públicas.** Dissertação (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38887>. Acesso em: 12 set. 2025.

VARGAS, Tamyres Bandoli Tavares; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Mediação escolar: sobre habitar o entre. **Revista Brasileira de Educação.** [online]. 2018, vol.23,

e230084. Epub 23-Nov-2018. ISSN 1809-449X. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230084>. Acesso em: 15 out. 2025.